



FRAGILIDADES DO ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES SOB A ÓTICA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE¹

Gabriela dos Santos², Leticia Helena Cossa³, Eduarda Caroline Cerioli Martinello⁴,
Junir Antonio Lutinski⁵

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

² Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), Estudante do Curso de Medicina da Universidade da Unochapecó. E-mail: gabriela.santos@unochapeco.edu.br

³ Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), Estudante do Curso de Medicina da Universidade da Unochapecó. E-mail: leticiacossa@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Unochapecó. E-mail: duda_eduardacerioli@outlook.com

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Unochapecó. E-mail: junir@unochapeco.edu.br

Introdução: Diante de um contexto de incertezas em seus países de origem, imigrantes haitianos, venezuelanos e demais estrangeiros encontraram no Brasil a oportunidade para reconstruir suas vidas. Atualmente, estima-se em 1,3 milhões o número de imigrantes residentes no território brasileiro. A Constituição Federal de 1988 prevê o acesso dos imigrantes ao Sistema Único de Saúde (SUS), entretanto, percebe-se fragilidades nessa integração devido ao idioma e aspectos culturais. Levando-se em consideração a necessidade de capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para o atendimento e a inserção efetiva dos imigrantes no sistema público de saúde, nota-se uma fragilidade pela ausência de treinamentos adequados. Como consequência, os estrangeiros se encontram em um contexto de vulnerabilidade em relação ao acesso ao sistema de saúde. **Objetivos:** Avaliar as fragilidades do atendimento aos imigrantes no Sistema Único de Saúde na região Sul do Brasil, a partir de percepções dos Agentes Comunitários de Saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, transversal e quantitativa realizada no período de agosto a novembro de 2022. Foi realizada em sete municípios do estado de Santa Catarina e do Paraná. A população do estudo foi composta por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que atendiam ao critério de inclusão de ter experiência no atendimento aos imigrantes. Os ACS concordaram em participar do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP), parecer nº 5.584.562. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado contendo perguntas objetivas e descritivas. A coleta de dados foi realizada tanto de maneira eletrônica com o auxílio da plataforma *Google forms*, quanto de maneira presencial pela aplicação do questionário em versão impressa. Os dados passaram por uma avaliação e validação quanto a consistência e a presença de *outliers* e, em seguida, foram tabulados em uma planilha eletrônica no *software Excel for Windows*. Os dados foram analisados com o auxílio do programa *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS), e contaram com análises descritivas de frequência. **Resultados:** Participaram do estudo 210 ACS. Quanto ao perfil, 97,1% deles eram do sexo feminino, 2,4% eram do sexo



masculino e 0,5% não respondeu. Quanto à cor autodeclarada, 72,8% se autodeclararam brancos, 24,8% pardos, 1% preto e 1,4% dos participantes não responderam. Quanto ao município de residência, 56,7% residem em Chapecó (SC), 13,3% em Pato Branco (PR), 11,4% em Maravilha (SC), 8,6% em Dois Vizinhos (PR), 5,2% em Francisco Beltrão (PR), 1,4% em Quilombo (SC), 0,5% em São Miguel do Oeste (SC) e 2,9% não informaram. A nacionalidade prevalente dos ACS foi brasileira (98,6%) e os demais não responderam (1,4%). A escolaridade predominante dos ACS foi o ensino médio completo (56,6%), seguida pelo ensino superior incompleto (14,8%), ensino superior completo (8,6%) e ensino técnico (5,7%). Em relação ao trabalho dos ACS com os imigrantes, 96,6% afirmaram realizar visitas domiciliares. A frequência das visitas é predominantemente mensal (79,0%). As principais dificuldades relatadas pelos ACS foram o idioma, comunicação e frequente mudança de residência dos estrangeiros (79,6%). Sobre capacitações e treinamentos para o atendimento aos imigrantes, 94,7% afirmam não ter recebido, contudo apenas dois receberam orientações voltadas para os imigrantes (1,0%). Em relação ao apoio dos demais serviços para o atendimento aos estrangeiros, 71,9% afirmam receber apoio e 27,1% relatam que nunca precisaram. Em relação ao quanto se sentem preparados para o trabalho em saúde com os imigrantes, a pontuação média foi de 6,5 em uma escala de zero a dez. Sobre o apoio por parte dos demais profissionais da saúde e gestores para realizar o seu trabalho com os estrangeiros, a pontuação média foi de 5,6 na mesma escala. Quanto a estrutura com que contam para o atendimento a esta população, a média foi de 6,1. **Conclusões:** A pesquisa mostrou que as principais vulnerabilidades do atendimento aos imigrantes identificadas pelas ACS, no estado de Santa Catarina e Paraná, consistem em dificuldade de comunicação e falta ou inexistência de treinamento para o atendimento. Dada a importância do trabalho dos ACS na rede de Atenção Básica, nota-se fragilidades relacionadas a estes profissionais devido a falta de capacitações e treinamentos para proceder o atendimento a essa população. Percebe-se que os estrangeiros estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade no sistema de saúde e urge a necessidade de reavaliar políticas públicas para melhorar a qualidade do atendimento a essa população. **Palavras-chave:** Capacitação; Estrangeiros; Sistema Único de Saúde; Vulnerabilidades. **Agradecimentos:** A Universidade Comunitária da região de Chapecó - Unochapecó.